

SALETE MARGARIDA DE M. OTTERBACH

A AGRICULTURA FAMILIAR E O CASO COOPERA NO LITORAL NORTE DA
BAHIA

Monografia apresentado no curso de
graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia
como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas

Orientador: prof. Dr. Vítor de Athayde Couto

SALVADOR, 2001

Ao meu filho Guilherme e esposo
que sempre estão ao meu lado nos
momentos importantes.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho monográfico e, em especial a minha família que está sempre presente.

À equipe técnica da Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas e ao presidente da associação dos assentados da Fazenda Papagaio, pela colaboração incondicional que ofereceram durante o levantamento de dados em campo.

Por fim, ao Professor Dr. Vítor de Athayde Couto, pela sua paciência e atenção como orientador desta monografia, sem o qual não seria realizada.

RESUMO

O objetivo geral da monografia foi avaliar qual o perfil atual da agricultura familiar e como organizações rurais apoiam seu desenvolvimento. A investigação explicativa foi usada para levantar informações da situação que envolve a agricultura e a pesquisa de campo foi instrumento no estudo de uma cooperativa agropecuária direcionada a atender as necessidades dos agricultores familiares, no Litoral Norte baiano. Os resultados obtidos permitem concluir que a organização minimiza a precarização dos agricultores e viabiliza mais fácil acesso aos meios de produção, conseqüentemente eleva a renda agrícola.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 ALGUNS APECTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	9
2.1 O CONCEITO	9
2.2 PANORAMA DA AGRICULTURA BRASILEIRA	11
2.2.1 A evolução da distribuição e do acesso às terras	11
2.2.2 Perfil atual da agricultura familiar	16
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF	18
3 O ESTUDO DE CASO: A COOPERA	25
3.1 O PERFIL DA REGIÃO ECONÔMICA LITORAL NORTE DA BAHIA.....	25
3.2 A CRIAÇÃO DA COOPERA, SUA DEFINIÇÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR	32
3.3 AS ATIVIDADES IMPLEMENTADAS PELA COOPERA	35
3.3.1 Atividades exitosas	36
3.3.2 Atividades não exitosas	43
3.3.3 O Assentamento Fazenda Papagaio	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Características da agricultura patronal e familiar	10
Tabela 1: Estrutura fundiária – Brasil, 1940 a 1985	14
Tabela 2: Estrutura fundiária – Brasil. Participação percentual por regiões, 1985	15
Tabela 3: Estabelecimentos agrícolas, área e Valor Bruto da Produção (VBP) – Brasil	16
Tabela 4: Estabelecimentos agrícolas, área e VBP – Regiões	17
Tabela 5: Agricultores familiares: Pessoal ocupado segundo as diferentes formas	18
Tabela 6: Número de contratos de crédito – PRONAF 1996-1999	22
Tabela 7: Valor dos financiamentos concedidos – PRONAF 1996-1999	23
Quadro 2: Características geoclimáticas – Litoral Norte	30
Quadro 3: Aptidões do solo para culturas – Litoral Norte	31
Quadro 4: Composição da renda – Assentamento Fazenda Papagaio	49

1 INTRODUÇÃO

É oportuno, antes da introdução propriamente dita ao trabalho monográfico, uma ressalva. O plano inicial de pesquisa objetivava analisar comparativamente a situação da agricultura familiar nos estados da Bahia e do Paraná, a fim de constatar o que explica as diferenças/semelhanças entre os dois estados. Todavia, por dificuldades diversas não passíveis de resolução até o momento desta apresentação, foi adiado para execução futura. Portanto, esta monografia é parte integrante de projeto mais amplo que espera-se ser concretizado em breve.

A agricultura brasileira ao longo de sua evolução histórica é permeada por conflitos envolvendo a distribuição e o acesso às terras. Esses conflitos envolvem duas classes distintas que são antagônicas entre si. Por um lado, a classe composta por grandes produtores, proprietários de vastas extensões de terras denominados latifundiários e conhecidos por agricultores patronais. Por outro lado, o conjunto de agricultores menos favorecidos sócio, político e economicamente, proprietários de pequenos e médios estabelecimentos, atualmente chamados agricultores familiares.

Considerando essa problemática e a hipótese de que a organização dos agricultores familiares minimiza as dificuldades desse segmento rural, proporcionando mais fácil acesso aos meios de produção, viabilizando inserção ao mercado menos fragilizada e conseqüentemente elevação da renda familiar, o trabalho em questão compõe-se de três seções, além da introdução. Na segunda seção discute-se brevemente o conceito que vem sendo usado na denominação do antigo camponês ou pequeno agricultor. Apresentam-se em seguida alguns aspectos da evolução histórica da estrutura agrária brasileira, bem como considerações sobre o perfil do atual agricultor familiar. Adicionalmente, analisam-se dados sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

A terceira seção é composta por estudo de caso, onde são descritos aspectos da Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas – COOPERA, sua dinâmica e problemas, juntamente com a análise das condições de algumas famílias rurais que compõem o Assentamento Fazenda Papagaio assistido pela cooperativa. São evidenciadas as principais

atividades, seus resultados e os impactos causados ao agricultor familiar alvo dos projetos executados pela cooperativa, a fim de analisar e descrever as relações internas e externas dos atores envolvidos na organização.

Finalmente na quarta seção são traçadas considerações sobre o conteúdo da pesquisa, além de evidenciar as conclusões parciais ou finais viabilizadas pelo estudo, bem como as questões que não foram passíveis de respostas.

A metodologia usada para a finalidade da pesquisa é a investigação explicativa, que visa esclarecer alguns fatores do perfil atual da agricultura brasileira e da região econômica denominada Litoral Norte baiano.

A investigação explicativa pressupõe pesquisa descritiva que expõe as características do objeto estudado. Sendo feita revisão da bibliografia, onde os dados observados são coletados por terceiros. Isso implica, portanto, em estudo ativo comparando autores e informações.

Para o estudo de caso, os dados são levantados em pesquisa de campo através de conversas e entrevistas diretas, além de contatos telefônicos realizados pela autora com membros da cooperativa e com os agricultores.

2 ALGUNS ASPECTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 O CONCEITO

Os agricultores familiares já receberam diversas denominações, dentre elas camponeses, pequenos agricultores, pequenos produtores, colonos, sítiantes e agricultores de baixa renda. Em muitos casos para caracterizar o agricultor familiar todas essas denominações são consideradas.

Há diferentes conceitos ou classificação para a agricultura familiar e estes variam de acordo com o objetivo em questão. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG, por exemplo, denomina familiar todo agricultor que não contrata mão-de-obra extra familiar permanente e que trabalha em área menor do que quatro módulos rurais¹.

O módulo rural, segundo Campanhole, tem sua dimensão fixada para cada região, onde são observadas as características geográficas, ecológicas e econômicas. A dimensão do módulo define a área agricultável que deve absorver toda a força de trabalho dos membros da família garantindo sua subsistência. Em outras palavras, a propriedade familiar deve possuir área suficiente para assegurar o sustento da família, além de proporcionar progresso social e econômico.

O Ministério da Agricultura e Abastecimento definiu, para o PRONAF, agricultores familiares todos aqueles que tenham pelo menos 80% da renda familiar provenientes da atividade desenvolvida na propriedade, cuja a área não ultrapasse quatro módulos rurais, contratem no máximo dois empregados permanentes e auferam renda anual familiar não ser superior a R\$ 27.500,00.

Em 1999 modificou-se o conceito dos agricultores familiares para o PRONAF e estes passam a ser divididos em quatro categorias. Essas categorias são estudadas em seção posterior.

¹ No estado da Bahia a área do módulo rural está compreendida entre 5 e 70 hectares.

Nessa produção a mão-de-obra é predominantemente familiar e o trabalho assalariado é usado na maioria das propriedades, apenas de forma eventual e complementar, ao contrário da agricultura capitalista ou patronal, onde a mão-de-obra assalariada é predominante e usada regularmente, além do uso intensivo de máquinas, equipamentos e fertilizantes químicos. As diferenças básicas que caracterizam a agricultura patronal e a familiar, podem ser observada no quadro 1.

QUADRO 1: Características das agriculturas patronal e familiar

Modelo patronal	Modelo familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizadas	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Forte dependência de insumos externos	Ênfase na utilização de insumos internos
Orçamentos separados	Um só orçamento (doméstico e negócios)

FONTE: FAO/INCRA, 1995, complementada pela autora.

Assim, pode-se admitir que a agricultura familiar, para ser caracterizada com tal, deve reunir pelo menos três atributos básicos: a gestão, a propriedade e o trabalho, sendo estes três atributos exclusivamente de concepção familiar ou no mínimo 80% dele, no caso do trabalho.

2.2 PANORAMA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

2.2.1 A evolução da distribuição e do acesso às terras

A estrutura agrária brasileira é em sua essência altamente concentrada, com a distribuição de terras de forma desigual desde a colonização.

No início foram as grandes capitâneas hereditárias com seus donatários. Depois vieram as sesmarias, instituídas a partir da introdução do cultivo da cana-de-açúcar. Eram doações de vastas extensões de terras a quem pudesse cultivá-las. Isso significava necessariamente a exigência de capital inicial que basicamente era constituído pela posse de escravos, sendo assim essas doações eram altamente discriminatórias.

Além disso, os beneficiados pelas doações muitas vezes solicitavam novas terras em nome de outros membros da família e os limites que haviam sido estabelecidos em área máxima para as sesmarias nunca foram respeitados, esses fatos são geradores de imensos latifúndios.²

A doação de terras no regime de sesmarias era apenas para a classe dominante ou dos senhores, pequenos lotes nunca foram concedidos, o que significa que as pessoas de pouco recursos não recebiam doações. As alternativas para essa população de brancos, mestiços e para os escravos – pós abolição da escravidão em 1888, eram portanto, as mais difíceis, desde formas consideradas ilícitas como assaltos, a associação aos poderosos e até mesmo a mendicância.

Ocupar pequenas faixas de terra para dela extrair o sustento de forma rudimentar e etímerante era também uma alternativa.

² *Imóvel rural que excede a dimensão máxima fixada na forma da lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine ou aquela que mesmo não excedendo o limite legal, é mantida inexplorada em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado...* (Campanhole, 1985, p.10)

Esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixaram definitivamente em nenhum local. Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, atravessando no tempo e no espaço todo o período colonial, estendendo suas raízes até tempos mais recentes. (Graziano, 1980, p. 17)

Com o fim do regime de sesmarias em 1820, o Brasil ficou sem nenhuma legislação sobre a posse das terras, provocando a ocupação de muitas terras devolutas. Essa ocupação era baseada na simples posse da terra que seria posteriormente legitimada, há assim uma rápida expansão das pequenas unidades de produção, que também foi favorecida pela crise existente na economia exportadora do período. A posse de terras era comum entre os colonizadores e atingiu tal proporção com o passar dos anos, que foi considerada como meio legítimo de aquisição.

Em 1850, com o advento da Lei das terras, o regime de posse é extinto e a aquisição de terras passa a ser via mercado através da sua compra, sendo proibido qualquer outra forma para adquirir propriedade. A Lei das terras provoca grande limitação e até mesmo impede por completo o acesso a terras à maioria da população, assegurando enorme reserva de trabalhadores para as grandes propriedades, pois “a existência de *terras livres* era uma ameaça à disponibilidade de força de trabalho a baixo preço, por mais que crescesse a importação de braços.” (Graziano, 1981, p.48)

Os pequenos agricultores tanto no Nordeste, como em São Paulo e na região Sul, atuavam de forma precária com a produção voltada à subsistência e em sua maioria dependentes das grandes explorações.

Pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade. (Lamarque, 1995, p.180)

Os agricultores errantes, que estavam às margens da atividade agroexportadora dominante do período colonial, são a gênese dos pequenos agricultores familiares do Brasil. Havia em períodos de crise aumento do número de pequenas propriedades, contudo elas eram novamente incorporadas às grandes em períodos de expansão das agroexportações. Em outras palavras, ocorre concentração de terras em períodos de crescimento econômico, permitido pelo respaldo do poder detido pelos grandes proprietários, pois não há na história brasileira até a década de 1990, registros de nenhuma política em favor dos pequenos agricultores.

Embora seja correto situar, objetivamente, o aparecimento da pequena propriedade no Brasil, como instituição consolidada, durante o primeiro quartel do século passado [XIX], após a introdução de imigrantes europeus nas regiões meridionais, seria um grave erro deixar de levar em conta a anterior etapa de gestação da classe camponesa, a qual parte, sem nenhuma dúvida, de um longo processo de espoliação, (...). O processo de despojamento da incipiente camada camponesa, graças ao qual foi preservado o domínio absoluto do monopólio da terra nas mãos de uma minoria aristocrática, está presente, por todo o nosso passado (...) na imensidão do território brasileiro. (Guimarães, 1981, p. 106, 109)

Com a introdução da colonização estrangeira, ou a vinda de imigrantes ao país, para suprir a necessidade de braços para o trabalho na lavoura, inicia-se a consolidação da propriedade familiar na agricultura brasileira.

Essa nova colonização, segundo Guimarães, data do primeiro quartel do século XIX, é fortemente subordinada aos interesses da grande lavoura e é permeada por conflitos de interesses, envolvendo os latifundiários e os imigrantes que se tornariam os pequenos proprietários de terras, principal base dos atuais agricultores familiares.

A distribuição e o acesso às terras têm em seu traço essencial o caráter concentrador da terra e permanece como herança da atual estrutura fundiária. E pode ser observado na tabela 1, que apresenta a distribuição das terras no Brasil entre 1940 e 1985.

TABELA 1: Estrutura Fundiária – Brasil
1940 A 1985

Classe de Área (ha)	N.º de Estabelecimentos						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Total	1.984.589	2.064.642	3.337.769	4924.019	4.993.252	5.159.851	5.834.779
Menos de 10	654.567	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.085.841
10 a 100	975.438	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424
100 a 1.000	243.818	268.159	314.746	414.746	446.170	488.521	518.618
1.000 a 10.000	26.539	31.017	30.883	35.425	39.648	45.496	47.931
10.000 e mais	1.273	1.611	1.597	1.449	1.820	2.345	2.174

	Área Ocupada (ha)						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Total	197.720.247	232.211.106	249.862.142	294.145.466	323.896.082	364.854.421	376.286.577
Menos de 10	2.893	3.025.372	5.952.381	9.083.495	8.982.646	9.004.259	10.029.780
10 a 100	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.069.704	60.171.637	64.494.343	69.678.938
100 a 1.000	66.184.999	75.520.717	86.029.455	108.742.676	115.923.043	126.799.188	131.893.557
1.000 a 10.000	62.024.817	73.093.482	71.420.984	80.059.162	89.866.944	104.548.849	108.397.132
10.000 e mais	33.584.832	45.008.788	38.893.112	36.190.429	48.951.812	60.007.780	56.287.168

FONTE: IBGE apud OLIVEIRA, 1996, p.31

A tabela 1 revela que, em 1940, os proprietários de estabelecimentos agrícolas com área superior a 10 mil hectares são apenas 1,46% e ocupam 48,31% do total das terras, enquanto que 85,58% são proprietários de terras com área inferior a 100 hectares e ocupam 18,21% das terras agricultáveis do país. Ao analisar os dados de 1985, a estrutura agrária quase não se altera, onde 0,86% dos proprietários de estabelecimentos possuem área maior a 10 mil hectares e ocupam 43,76% do total, enquanto que 90,02% dos proprietários de estabelecimentos possuem área menor a 100 hectares e ocupam apenas 21,18% da área total.

Observando os extremos da distribuição fundiária nos anos de 1940 e 1985, tomando os estabelecimentos com menos de 10 e mais de 10 mil hectares, verifica-se que em 1940, apenas 0,07% do total das propriedades possuem área superior a 10 mil hectares, contudo ocupam 16,94% das terras. Os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares são 34,37% do total, e ocupam apenas 1,46% das terras.

Em 1985, apenas 2,66% do total das terras estão distribuídas entre os 52,89% dos estabelecimentos com área menor a 10 hectares, enquanto que 14,96% das terras, encontram-se concentradas em 0,04% dos estabelecimentos que permeiam mais de 10 mil hectares.

Constata-se assim o alto grau de concentração de terras nas mãos de poucos. Esse aspecto da estrutura fundiária brasileira se mantém até hoje e pode ser comprovado em dados mais atuais a exemplo dos dados das tabelas 3 e 4.

TABELA: 2 Estrutura Fundiária – Brasil
Participação Percentual por Regiões – 1985

N.º de Estabelecimentos				
Classe de área (ha)	Total (100%)	Menos de 100 Pequena	100 a 1.000 Média	1.000 e mais Grande
Brasil	5.834.779	90,0	8,9	0,9
Norte	547.095	79,3	10,0	1,5
Centro-Oeste	268.965	66,1	27,5	6,5
Nordeste	2.817.909	94,3	5,1	0,4
Sudeste	998.907	85,4	13,5	0,8
Sul	1.201.903	94,1	5,4	0,5
Área Ocupada (ha)				
Classe de área (ha)	Total (100%)	Menos de 100 Pequena	100 a 1.000 Média	1.000 e mais Grande
Brasil	376.286.577	21,2	35,1	43,8
Norte	62.238.758	17,2	33,2	49,6
Centro-Oeste	99.731.819	5,5	23,1	71,4
Nordeste	91.988.105	28,6	39,3	32,1
Sudeste	73.614.727	25,6	46,7	27,7
Sul	48.713.066	39,0	35,9	25,0

OBS: “A diferença entre a soma das três classes e os 100% refere-se aos estabelecimentos sem declaração.”

FONTE: IBGE apud OLIVEIRA, 1996, p.34

A síntese sobre a estrutura fundiária brasileira anteriormente apresentada revela ser a estrutura fundiária brasileira herança do seu processo de colonização. O conflito entre os grandes e pequenos proprietários esteve sempre presente, onde os primeiros são privilegiados e os últimos, hoje denominados agricultores familiares são fragilizados pelas pressões do poder dos primeiros, embora manifestem reações a sua situação de fragilidade. O poder é mantido concentrado, tanto ou mais que as terras.

2.2.2 O perfil atual da agricultura familiar³

O perfil do agricultor familiar de acordo com a pesquisa FAO/INCRA revela a importância dessa classe para a produção de alimentos no Brasil. São registrados 4.859.864 estabelecimentos rurais, dos quais 4.139.369 de agricultores familiares ou 85,2% do número total. Permeiam uma área inferior a 110 milhões de hectares o que representa 30,5% da área total do conjunto de estabelecimentos.

TABELA 3: Estabelecimentos Agrícolas, Área e Valor Bruto da Produção (VBP) – Brasil

Categorias	Estab.	(%) Estab.	Área total	(%) Área	VBP	(%) VBP
	Total	s/ total	(mil ha)	s/ total	(mil R\$)	s/ total
Familiar ⁴	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0
Outras ⁵	165.862	3,5	5.793	1,7	537.935	1,15
Total	4.859.864	100,0	353.611	100,0	47.796.469	100,0

FONTE: Censo agropecuário 1995/96 IBGE, tabela elaborada com base nos dados publicados na pesquisa INCRA/FAO 2000.

A produção familiar total é superior a 35% do valor bruto da produção agrícola brasileira e, nas regiões Norte e Sul do Brasil verifica-se percentuais de produção familiar superiores a

³ Fortemente baseado na pesquisa FAO/INCRA, 2000.

⁴ Área máxima regional estabelecida pelo equipe de pesquisa em hectares: Norte-1.122,0; Nordeste-694,5; Sudeste-384,0; Sul-280,5; Centro-Oeste-769,5.

⁵ Estabelecimentos, cujas propriedades são de instituições religiosas e governamentais

50%, com o número de estabelecimentos familiares nas duas regiões superando a 80% do total. No Centro-Oeste ocorre a menor concentração de agricultores familiares, porém sua representação percentual é superior a 65%. Nas tabelas 3 e 4 podem ser observados a importância desse segmento rural na composição agrícola do país.

TABELA 4: Agricultores familiares, estabelecimentos, área e VBP – Regiões

Região	Estab. Total	(%) estab. s/ total	Área total (em ha)	(%) área s/ total	VBP (mil R\$)	(%) VBP s/total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.281	43,5	3.026.897	43,0
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9

FONTE: Censo agropecuário 1995/96 IBGE.

Elaboração: convênio INCRA/FAO, 2000.

A pesquisa revela a eficiência da agricultora familiar no uso de fatores escassos: terra e capital, que apesar de ser beneficiada por apenas 25,3% dos financiamentos, produz 37,9% do valor bruto da produção, percentual considerado relevante para a economia. A produção é voltada para o mercado interno e são produzidos principalmente alimentos que compõem a cesta básica brasileira, com alguns produtos destinados ao mercado externo, a exemplo do café e do açúcar.

A relevância da agricultura familiar como geradora de emprego é outro fator importante revelado pela pesquisa. Permeando o equivalente a 30,5% da área total, o número de ocupações nesse segmento perpassa 76,85% das ocupações conjuntas no meio rural. A tabela 5 evidencia os dados sobre a ocupação rural dos agricultores familiares segundo as formas existentes.

TABELA 5: Agricultores familiares: Pessoal ocupado segundo as diferentes formas

Região	Pessoal Ocup. total.	Pess. Ocup. (%) s/total	Empr. Perm.	Empr. Temp.	Parceiros (empr.)	Outra Condição	UFT/UT ⁶ (%)
Nordeste	6.809.420	82,93	81.379	588.810	34.081	62.212	97,1
C. Oeste	551.242	54,14	42.040	39.824	2.793	15.418	90,2
Norte	1.542.577	82,15	25.697	68.636	6.880	29.772	96,9
Sudeste	2.036.990	59,20	98.146	160.453	58.146	58.294	91,6
Sul	2.839.972	83,94	60.835	128.955	20.548	26.207	96,7
Brasil	13.780.201	76,85	308.097	986.678	122.448	191.903	95,9

FONTE: Censo Agropecuário 1995/96 IBGE

Elaboração: convênio FAO/INCRA, 2000.

Tendo em vista a relevante condição da agricultura familiar na geração de emprego, renda e produção de alimentos, pode-se admitir a necessidade de ação governamental eficaz e permanente no sentido de atender às necessidades reais desse segmento, fortalecer a agricultura familiar e melhorando a distribuição de terras via PRONAF e reforma agrária, respectivamente.

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

Durante a evolução da história do Brasil, os agricultores familiares nunca foram incluídos nos projetos e nas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da agricultura. Esses projetos e políticas priorizam o médio e o grande proprietário rural.

A partir do decreto presidencial n.º 1946 de 28/06/1996 que criou o PRONAF, o poder público, diante de pressões⁷, estabelece um programa específico com políticas voltadas exclusivamente para esses agricultores de apoio técnico e financeiro, que desde muito vinha sendo reivindicado, principalmente pela CONTAG.

⁶ Unidade de Trabalho Familiar - UTF = [pessoal ocupado da família de 14 anos e mais + (pessoal ocupado da família de menos de 14 anos) /2]; Unidade de trabalho - UT.

Os recursos para o programa são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, dos fundos constitucionais de desenvolvimento e da exigibilidade bancária.

O PRONAF é implementado com quatro linhas predefinidas de atuação, visando o apoio e o fortalecimento da agricultura familiar, sendo o programa executado de forma descentralizada entre os três níveis de governo.

A negociação de políticas públicas é a primeira linha de atuação e tem por objetivo a articulação dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visa reunir e organizar projetos para orientação e direcionamento das medidas adotadas pelo governo no intuito de atender as reivindicações dos agricultores e de seus familiares.

A segunda linha de atuação é o financiamento à infra-estrutura e serviços, junto aos municípios, necessários ao desenvolvimento desse segmento rural. Os municípios são selecionados de acordo com critérios técnicos estipuladas pelo programa, sendo privilegiados aqueles onde predomina a agricultura familiar.

O financiamento da produção da agricultura familiar é a terceira linha de ação e tem por meta fornecer apoio financeiro para os agricultores e suas organizações desenvolverem as atividades rurais.

A quarta linha de ação é a profissionalização dos agricultores familiares, os recursos são destinados às instituições públicas ou privadas que fomentam o conhecimento técnico ou organizacional dos agricultores.

O principal objetivo da implantação do PRONAF, de acordo com a própria denominação é fortalecer a agricultura familiar, apoiar e valorizar esse segmento.

No ano de 1999 o PRONAF é transferido para o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e da Agricultura Familiar, tornando-se mais forte politicamente para implementar

⁷ Pressões do MST, MLT, ONGs, FAO, CONTAG e etc.

suas ações o que aproxima o programa dos agricultores familiares proveniente do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Desde sua criação o programa evoluiu em suas atribuições. Em 1996, o crédito do PRONAF destinava-se apenas ao custeio da produção familiar. No ano seguinte, incluiu-se crédito para investimento e, em 1998, crédito para o agricultor familiar integrar-se a agroindústria.

A partir de 1999, além de todas as modalidades já existentes passa a existir o crédito para financiamento de atividades não agrícolas, essas são atividades, tais como o artesanato, desempenhadas por membros da família rural que visa à complementação da renda obtida na propriedade.

Ainda em 1999 o crédito do PRONAF passa a ser destinado aos novos agricultores familiares provenientes do Programa Nacional de Reforma Agrária. Esses agricultores fazem parte da nova tipificação do PRONAF, implantada no mesmo ano. Essa nova classificação é assim constituída: (Brasil, 1999)

Grupo A – *Novo Agricultor Familiar*
Assentados da Reforma Agrária que não foram financiados pelo Procefa, ou os que foram, e não tenham utilizado o limite individual.

Grupo B
- Agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas e aquícultores;
- proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou beneficiários de reforma agrária;
- residem na propriedade ou povoado urbano ou rural próximo;
- estabelecimento com área de até quatro módulos fiscais ou rurais;
- utilizam, exclusivamente, mão-de-obra familiar;
- renda de até R\$ 1.500, proveniente da exploração agrícola e não-agrícola do estabelecimento, excluindo aposentadoria.

Grupo C
- Agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas e aquícultores;
- proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou beneficiários da reforma agrária;

- residem na propriedade ou povoado urbano ou rural próximo;
- estabelecimento com área de até quatro módulos fiscais;
- utilizam mão-de-obra familiar e empregados eventuais;
- renda de R\$1.500 até R\$ 8 mil, sendo 80% no mínimo, provenientes da exploração agrícola e não-agrícola do estabelecimento, podendo atingir até R\$ 16 mil para as atividades de avicultura, bovinocultura de leite, aquicultura, caprinocultura, ovinocultura, fruticultura, olericultura, sericicultura e suinocultura.

Grupo D

- Agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas e aquícultores;
- proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou beneficiários da reforma agrária;
- residem na propriedade ou povoado urbano ou rural próximo;
- estabelecimento com área de até quatro módulos fiscais;
- utilizam mão-de-obra familiar e até dois empregados permanentes;
- renda de R\$ 8 mil até R\$ 27.500, sendo 80% no mínimo, proveniente da exploração agrícola e não-agrícola do estabelecimento, podendo atingir até R\$ 16 mil para as atividades de avicultura, bovinocultura de leite, aquicultura, caprinocultura, ovinocultura, fruticultura, olericultura, sericicultura e suinocultura.

O financiamento oferecido aos agricultores familiares pelo PRONAF deixou de ser apenas para determinado produto, passando a ser concedido à propriedade rural. Todavia a distribuição do crédito aos agricultores atingidos pelo programa é muito heterogênea entre as diversas regiões brasileiras, com a maior parcela do crédito destinada à região Sul, o que contribui muito para o agravamento das desigualdades regionais.

Essa concentração de crédito pode ser observada na tabela 6, que apresenta o número de contratos por região, realizados entre janeiro de 1996 a dezembro de 1999, bem como na tabela 7 com seus valores de financiamentos, concedidos regionalmente no mesmo período.

TABELA 6: Número de Contratos de crédito (custeio e investimentos) - PRONAF
1996-1999

Região	1996	1997	1998	1999	Total	(%) s/ total
Norte	8.872	7.110	10.407	19.117	45.506	2,09
Nordeste	44.536	100.147	137.256	127.310	409.249	18,76
Sudeste	16.364	65.971	65.362	78.359	226.056	10,36
Sul	259.134	304.730	421.463	472.698	1.458.025	66,85
C. Oeste	3.992	8.477	9.563	20.135	42.167	1,93
Brasil	332.898	486.435	644.051	717.619	2.181.003	100

FONTE: BACEN, tabela elaborada com base nos dados publicados na revista Bahia Agrícola v.2, n.3, nov. 1998 e em http://www.pronaf.gov.br/credito/consulta_nacional.asp.

A região Sul, que permeia pouco mais que 905 mil estabelecimentos familiares, foi beneficiada por 66,85% dos contratos de crédito, enquanto que o Nordeste, onde a situação rural é extremamente precária em relação às demais regiões e detêm o maior número de estabelecimentos de agricultores familiares, somando mais de 2 milhões, foi beneficiada com apenas 18,76% dos contratos de crédito oferecidos pelo PRONAF.

Ao ser observada a concessão de créditos do programa em termos monetários a situação anteriormente descrita repete-se com o volume maior de moeda destinada a região Sul.

TABELA 7: Valor dos financiamentos concedidos (custeio +investimentos) - PRONAF
1996-1999

Região	1996	1997	1998	1999	Total	(%) s/ total
Norte	65.974.806	29.008.239	27.997.952	56.246.225	179.227.222	3,54
Nordeste	84.443.785	167.578.443	213.181.243	198.668.930	663.872.401	13,12
Sudeste	67.842.564	299.225.303	235.733.040	297.192.847	899.993.754	17,79
Sul	420.282.454	876.851.328	839.701.985	1.001.927.559	3.138.763.326	62,03
C. Oeste	11.252.282	35.060.865	41.336.392	90.563.703	178.213.242	3,52
Brasil	649.795.891	1.407.724.178	1.357.950.612	1.644.599.264	5.060.069.945	100

FONTE: BACEN, tabela elaborada com base nos dados publicados na revista Bahia Agrícola v.2, n.3, nov. 1998 e em http://www.pronaf.gov.br/credito/consulta_nacional.asp.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em seus 5 anos de atuação atendeu a algumas necessidades de crédito dos agricultores familiares. Todavia, a concessão de financiamento aos agricultores já existia antes da implantação do programa e a exclusão de muitos agricultores continua, especialmente na região Nordeste, onde a organização dos agricultores familiares é embrionária. Esse fato pode induzir a pensar na necessidade de políticas no sentido organizacional, mais abrangentes que melhorem a situação de fragilidade desse segmento rural.

Portanto, uma alternativa para minimizar as condições precárias em que se encontram os agricultores familiares seria sua organização em associações e cooperativas, afim de fazer frente as suas necessidades possibilitando através da organização representativa acesso ao crédito, ao mercado e consequentemente viabilizar melhores níveis de renda.

A organização dos agricultores pode ser uma variável explicativa para a distribuição concentrada dos créditos do PRONAF. Observando o número de cooperativas agropecuárias registradas na Organização Central das Cooperativas – OCB, embora no Nordeste exista 476 e no Sul 310, na primeira região o número de estabelecimentos familiares como foi apresentado na tabela 4 é 2.055.157 ou 126,46% maior que na última, onde existem apenas 907.635

estabelecimentos, conclui-se daí que a organização cooperativista é relativamente maior na segunda região.

A partir da hipótese que associativismo e cooperativismo minimizam as agruras dos segmento rural estudado é apresentado no capítulo seguinte o estudo de caso que envolve uma cooperativa para agricultores familiares e um grupo de 45 famílias que compõem um assentamento assistidas pela mesma, objetivando verificar a situação em que se encontram.

3 O ESTUDO DE CASO: A COOPERA

O objetivo deste capítulo é apresentar a Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas – COOPERA, sua história e atividades. Contudo o objetivo principal é analisar sua interrelação com o Assentamento Fazenda Papagaio, bem como analisar a situação dos agricultores assentados e seus familiares.

Quanto a cooperativa: o que motivou sua implantação? Quais as atividades implementadas? Quais as principais dificuldades enfrentadas? Como são os incentivos públicos caso existam, em nível local, regional e nacional? Quanto ao agricultores do assentamento: o que produzem? Quais as técnicas usadas? Qual o destino da produção? Que tipo de problemas enfrentam? Como a COOPERA participa nesse contexto? São algumas questões investigadas no decorrer do processo de levantamento de dados e das entrevistas aplicadas.

Os resultados são apresentados com base em entrevistas ao gerente do departamento técnico da cooperativa Tiago Dantas, ao presidente da associação do Assentamento Fazenda Papagaio José Raimundo Pereira de Santana, bem como entrevistas a outros assentados e conversas com trabalhadores da COOPERA e de um voluntário belga que trabalha na cooperativa.

3.1 O PERFIL DA REGIÃO ECONÔMICA DENOMINADA LITORAL NORTE DA BAHIA⁸

Privilegiado pela geografia limitando-se ao sul com a Região Metropolitana de Salvador e ao norte com o estado de Sergipe, a região é composta por 20 municípios e apresenta enorme potencial natural para turismo e lazer com cerca de 150 Km lineares de extensão litorânea formado por belíssimas praias. Associada tradicionalmente ao cultivo da cana-de-açúcar, citricultura e pecuária, atualmente sofre impactos de atividades mais complexas como a exploração do petróleo, silvicultura, turismo e lazer.

⁸ Baseado em estudo da CEI, *Perfil da Região Econômica Litoral Norte*.

A ocupação primitiva do Litoral Norte da Bahia está ligada a colonização portuguesa do litoral brasileiro, através do cultivo da cana-de-açúcar. Pela proximidade da região do Recôncavo, base da economia açucareira é gerada uma relação de complementaridade, com o Litoral Norte fornecendo madeira e animais de tração para os engenhos de açúcar.

Aproveitando caminhos formados pela passagem das boiadas no século XIX são construídas estradas de ferro expandindo-se a partir de Salvador, assim nova forma de integração é estabelecida do Recôncavo - região dominante - com as demais regiões. A estrada de ferro Bahia-São Francisco teve seu primeiro ramal implantado entre as cidades de Salvador e Alagoinhas, onde se bifurca com ramais para Sergipe e Juazeiro tornando Alagoinhas, que permaneceu com *ponta de trilhos* por muitos anos, centro complementar nas relações de Salvador com outras regiões.

A implantação da estrada de ferro e posteriormente do sistema rodoviário diminuiu as distâncias do Litoral Norte com Salvador e o Recôncavo, consagrando sua posição como região de maior concentração demográfica e de maior mercado consumidor do estado.

A ocupação da região, exceto nos núcleos formados a partir de sua condição como região de passagem, sempre foi lenta e rarefeita com grandes fazendas de gado e de cana. Na porção litorânea a agricultura de subsistência e vilarejos de pescadores constituem uma ocupação ainda mais esparsa.

Devido suas características e dependência junto ao Recôncavo ocorre variações nos cultivos de acordo com a demanda externa à região. Assim, após a decadência da economia açucareira ocorre a expansão da cultura do coco-da-baía no litoral e posteriormente da laranja. A dependência da demanda externa transforma o Litoral Norte em fornecedor não apenas de lenha, do carvão, da carne e dos produtos de couro do período colonial, mas também do coco, de frutas, do feijão, dos derivados de leite e de objetos artesanais em palha.

Nas décadas de 1950-60 ocorre nova redefinição da integração com o novo Recôncavo que começa seu processo de industrialização, pois com a implantação dos poços de extração de

petróleo nas cidades de Pojuca, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva o Litoral Norte é incorporado à Região de Produção da Bahia da Petrobras, sediada em Salvador.

Os impactos da nova atividade são amplamente sentidos em todo o espaço regional, ocorre mudança no mercado de trabalho através do surgimento de novos empregos na indústria que aflora com o surgimento de segmentos médios da sociedade alterando sua composição tradicional. Os impactos no meio urbano e em sua estrutura atraem mão-de-obra liberada das atividades tradicionais intensificando os fluxos migratórios.

Com o incremento da estrutura viária e a finalização nos ano de 1960 da BR 116 há uma redefinição das relações entre Salvador e o resto do país. A industrialização avança com a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a implantação do Centro Industrial de Aratu – CIA e cristalizará mais tarde, através do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC a Região Metropolitana de Salvador. Desta forma Feira de Santana se consolida num papel complementar à capital baiana com Alagoinhas sofrendo os efeito desse rearranjo econômico-espacial influenciada também pela decadência do transporte ferroviário.

Nos ano de 1970, quando se consolidou o sistema urbano estadual, Alagoinhas está entre as cidades mais importantes da região e a construção da BR 101 e BR 110 foi de fundamental importância na consolidação do seu papel nas relações da Região Metropolitana de Salvador com outras regiões do Nordeste.

A BR 101 torna-se a principal base de estruturação do Litoral Norte e é nesse período que o Litoral Norte é incorporado a um novo movimento da economia nacional com o reflorestamento que se desenvolvia no Sul deslocando-se também para essa região através de incentivos. É a busca pela auto-suficiência nacional na produção de papel e celulose associada na Bahia com a crescente demanda por carvão vegetal pelas empresa de ferro-liga do CIA e da COPEC e também da Companhia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA siderúrgica que se instala em Pojuca.

Há a criação de distritos florestais na Bahia, entre eles o Distrito Florestal do Litoral Norte, abrangendo 736 mil hectares nos municípios de Jandaira, Conde, Esplanada, Entre Rios, Cardeal da Silva, Alagoinhas, Catu, Pojuca, Itanagra e Mata de São João. Apesar de posterior desaceleração do reflorestamento foi grande o impacto causado na região econômica Litoral Norte em termos de ocupação das terras.

O turismo no Litoral Norte é um importante fator de transformação da região e está centrado principalmente na beleza e extensão das praias e nos ecossistemas do litoral. Com o fim do isolamento no anos de 1970 devido a construção das rodovias iniciou-se um processo de ocupação desordenada, através da compra especulativa de áreas do litoral promovendo transferência da propriedade da terra. Os impactos deram-se não somente sobre o patrimônio ambiental como sobre a estrutura sócio-econômica. Inicia-se um processo de desarticulação nas atividades tradicionais agravando o quadro de desemprego ampliado pelo reflorestamento.

A abertura da Estrada do Coco, iniciada em 1976 a partir de Lauro de Freitas, provoca grandes transformações em termos de desenvolvimento turístico, favorecido também pelo poder de atração local fomentado pela criação da estação ecológica de preservação de tartarugas marinhas.

Esse processo de desenvolvimento turístico culmina com a inclusão do Litoral Norte no Programa de Desenvolvimento Turístico do estado baiano elaborado pela BAHIATURSA e com a construção da Linha Verde-BA 099 que prolonga a Estrada do Coco de Açú da Torre até Itanhi no município de Jandaíra, fronteira com Sergipe, abrindo definitivamente o litoral da região para a exploração do turismo. A construção recente do complexo turístico em Sauípe incrementa ainda mais o desenvolvimento alcançado na área.

Após o advento da Petrobras, do reflorestamento e da construção da BR 101 a região apresenta um quadro relativamente estável, havendo nos últimos anos um refluxo na atividade de extração de petróleo cristalizando-se principalmente nos municípios de São Sebastião do Passe e Catu, com a demografia e o papel de centro regional de Alagoinhas mantendo-se inalterado dentro da polarização da região. Estabiliza-se também a concentração demográfica nos

municípios de Mata de São João, Catu, Pojuca e São Sebastião do Passe que constituem uma região *peri-metropolitana*, onde consolidam-se as relações funcionais com as áreas industriais da Região Metropolitana de Salvador.

A pecuária regional mantém seu relativo destaque no conjunto do estado ligado ao abastecimento da Região Metropolitana de Salvador, com algum desenvolvimento da industrialização dos derivados de leite aproveitando a proximidade do mercado consumidor que favorece também o desenvolvimento da avicultura e da suinocultura, sendo o município de Mata de São João um dos maiores produtores de suínos na Bahia. Por fim a citricultura marca recentemente a ocupação das terras do Litoral Norte recuperando-se essa atividade na economia regional. O crescimento da produção de laranja dá-se por expansão da dinâmica do vizinho estado Sergipe e dissemina-se por vários municípios, produtores agrícolas regionais, suplantando até mesmo o coco-da-baía, do qual o Litoral Norte é uma das principais regiões produtoras.

A partir do breve relato sobre o desenvolvimento do Litoral Norte é apresentado a seguir no quadro 2 algumas características geoclimáticas e no quadro 3 as (não) aptidões para cultivo dos municípios dessa região, onde situa-se a COOPERA objeto do estudo em questão e o assentamento rural, vinculado a ela.

QUADRO 2: Características geoclimáticas – Litoral Norte

Município	Distância p/ Salvador km	Área Km ²	Clima	Período chuvoso	Pluviosidade média mm	Risco de seca
Acajutiba	179	249	Seco a subúmido	Abril a junho	800	Médio
Alagoinhas	107	761	Úmido a subúmido	Abril a junho	1469	Médio
Aporá	186	721	Seco a subúmido e semi-árido	Abril a junho	600	Médio e alto
Araças	100	418	Úmido a subúmido	Abril a junho	1200 a 1600	Baixo e médio
Aramari	118	208	Seco a subúmido	Abril a junho	800 a 1200	Médio
Cardeal da Silva	153	332	Úmido a subúmido	Abril a junho	1400 a 1600	Baixo e médio
Catu	78	482	Úmido a subúmido	Abril a junho	1200 a 1600	Médio e baixo
Conde	208	956	Úmido a subúmido e úmido	Abril a junho	1412	Médio e baixo
Entre Rios	134	1.301	Úmido a subúmido, úmido e seco a subúmido	Abril a junho	1550	Médio e baixo
Esplanada	160	1.252	Úmido a subúmido, seco a subúmido Semi-árido	Abril a junho	1157	Médio e baixo
Inhambupe	153	1.092	Seco a subúmido e semi-árido	Abril a junho	917	Médio e alto
Itanagra	103	493	Úmido	Abril a junho	1811	Médio e baixo
Jandaíra	202	679	Úmido a subúmido e seco a subúmido	Abril a junho	1200 a 1600	Médio
Mata de S. João	56	698	Úmido e Úmido a subúmido	Abril a junho	1400 a 1800	Médio e baixo
Ouriçangas	138	163	Seco a subúmido	Abril a junho	800 a 1200	Médio
Pedrão	135	161	Seco a subúmido	Abril a junho	1000 a 1200	Médio
Pojuca	67	260	Úmido a subúmido	Abril a junho	1400 a 1600	Baixo e médio
Rio Real	202	708	Seco a subúmido	Abril a junho	928	Médio
S. Sbastião do Passe	58	585	Úmido a subúmido e úmido	Abril a junho	1400 a 1800	Baixo e médio
Sátiro Dias	205	714	Semi-árido	Março a maio	680	Alto

FONTE: CEI

QUADRO 3: Aptidões do solo para culturas – Litoral Norte

Município	Aptidão agrícola do solo
Acajutiba	Regular para lavouras
Alagoinhas	Regular a boa para lavouras
Aporá	Regular para lavouras não apta para silvicultura regular, restrita para pastagem natural
Araças	Regular para lavouras
Aramari	Regular, boa para lavouras
Cardeal da Silva	Regular para lavouras
Catu	Regular para lavouras
Conde	Regular para lavouras, regular para silvicultura, restrita e sem aptidão para pastagem natural, sem aptidão para uso agrícola, a não ser em casos especiais, usado para manter flora, fauna ou recreação
Entre Rios	Regular para lavouras regular, para silvicultura restrita e sem aptidão para pastagem natural, sem aptidão para uso agrícola, a não ser em casos especiais, usado para manter flora, fauna ou recreação
Esplanada	Regular para lavouras, regular para silvicultura, restrita e sem aptidão para pastagem natural
Inhambupe*	Regular para lavouras, não apta para silvicultura regular, restrita para pastagem natural
Itanagra	Regular para lavouras
Jandaíra	Regular para lavouras, regular para silvicultura, restrita e sem aptidão para pastagem natural, sem aptidão para uso agrícola, a não ser em casos especiais, usado para manter flora, fauna ou recreação
Mata de S. João	Regular para lavouras regular, para silvicultura restrita e sem aptidão para pastagem natural, sem aptidão para uso agrícola, a não ser em casos especiais, usado para manter flora, fauna ou recreação
Ouriçangas*	Regular para lavouras
Pedrão	Regular para lavouras, boa para lavouras
Pojuca	Regular para lavouras
Rio Real	Regular para lavouras
S. Sebastião do Passe	Regular para lavouras, boa aptidão para lavouras
Sátiro Dias*	Regular para lavouras, não apta para silvicultura regular, restrita para pastagem natural

FONTE: CEI

* Municípios incluídos no polígono da seca

3.2 A CRIAÇÃO DA COOPERA E SUA DEFINIÇÃO PARA AGRICULTOR FAMILIAR

A partir da Escola Família Agrícola – EFA, tem início na região a união dos agricultores em associações rurais. A EFA, situada em Riacho da Guia nos limites entre os municípios de Alagoinhas e Inhambupe, onde a COOPERA foi sediada nos primeiros dois anos de seu funcionamento é fomentada pela iniciativa da Pastoral Católica Diocesana de Alagoinhas e mantida pela Associação Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas – AEFARA. Surge nas associações rurais a necessidade da formação de uma organização maior, mais estruturada e mais forte perante os agentes da sociedade para fomentar o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares vinculados a estas associações. O principal motivo para a formação da cooperativa foi o menor grau de limitações impostas por órgãos públicos e privados em especial na liberação de créditos aos agricultores mais organizados.

A COOPERA localiza-se atualmente na avenida Agenor Batista s/nº no município de Inhambupe a 153 Km de Salvador. Fundada em 02 de novembro de 1985 após várias reuniões dos agricultores que participavam das associações localizadas nos municípios de abrangência da EFA. Sua diretoria é composta por seis membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário e três diretores que reúnem-se ordinariamente a cada mês para deliberações. Além da diretoria há o conselho fiscal composto por três membros efetivo e três suplentes que também reúnem-se mensalmente.

A escolha de Inhambupe para sede da COOPERA deu-se principalmente por ser o município central ao desenvolvimento dos trabalhos da EFA, escola que dissemina o aprendizado profissional agrícola, aos jovens do meio rural, objetivando minimizar a difícil situação dos agricultores, objetivo compartilhado com a equipe técnica da cooperativa. Os filhos desses agricultores que não possuem recurso para enviá-los para estudar nas cidades têm na EFA e na COOPERA a opção para aprender técnicas adequadas ao manejo das atividades agrícolas e pecuárias. Inhambupe é também um município central à Diocese de Alagoinhas e é cortado por uma rodovia que permite fácil acesso a outras localidades.

A COOPERA, a Diocese de Alagoinhas e a EFA são ligadas em seus objetivos rurais e as suas trajetórias se fundem pelas mãos dos envolvidos nessas três instituições, que muitas vezes atuam paralelamente em todas elas. Um exemplo disso são os técnicos agrícolas que trabalham na cooperativa que em sua maioria estudaram e trabalharam na EFA, como é o caso do atual gerente do departamento técnico monitor por aproximadamente doze anos nesta escola.

A EFA e a COOPERA atingem em parceria a mesma população, atualmente a primeira estende sua dinâmica a quinze municípios, os quais já foram alvo das benesses da última, contudo na busca por trabalho mais qualitativo nos últimos anos foram priorizados pela cooperativa municípios mais próximos a sua sede. Das 27 associações que já foram atingidas por seus trabalhos muitas ficam a distâncias que inviabilizavam efetivação de trabalhos da qualidade desejada e necessária.

O grupo de municípios hoje atingidos pelas atividades da COOPERA é composto por Acajutiba, Aporá, Alagoinhas, Aramari, Conde, Inhambupe, Itapicuru e Sátiro Dias, onde neste último em conjunto com a Diocese e a EFA a cooperativa atuou na fundação do Assentamento Fazenda Papagaio, alvo de análise posterior.

Os recursos para a construção da infra-estrutura da cooperativa vieram principalmente da organização não governamental denominada Desenvolvimento Integrado do Sudoeste do Paraná – DISOP, sediada em Bruxelas na Bélgica, através de um Padre belga que atuava no Paraná.⁹ A Bélgica é o país de origem do Bispo e de dois padres da Diocese de Alagoinhas da década de 1980 e foi através deles que os recursos necessários foram levantados, sendo assim quase o total da construção das instalações da COOPERA foi a fundo perdido.

O apoio financeiro da DISOP continua, porém de forma limitada. Houve uma redução gradativa nos recursos provenientes desta organização fato creditado a sua política. Ela apoia amplamente o início dos trabalhos ligados a implantação de organizações que visam melhorar a situação econômica-social de determinados grupos, neste caso específico agricultores

⁹ A DISOP não possui atualmente vínculo algum com o estado do Paraná

familiares em forma de cooperativa, nas suas necessidades iniciais, tais como construção de infra-estrutura e fornece acompanhamento até sua estabilidade, portanto, até ser possível a continuidade dos trabalhos e crescimento da organização por conta próprio do grupo apoiado.

Desde 1997 a COOPERA conta com o trabalho voluntário de Franciscus Joannes Willems, professor aposentado pela Escola Agrícola da cidade de Gel na Bélgica, que faz trabalhos práticos junto aos agricultores associados, além de projetos de fomento ao desenvolvimento destes. Willems, capta recursos mobilizando amigos e colaboradores da Província de Antuérpia, onde possui residência e de outras localidades no seu país de origem para compor fundo de apoio aos pequenos projetos agrícolas e pecuários que no momento são especialmente destinados a criação de suínos e aves, projetos apresentados detalhadamente em item posterior.

A sede da cooperativa disposta em área de 2 hectares e possui em edificações um espaço de aproximadamente 900 m² composta por escritório, depósito de adubo, sal mineral e ração para revenda, no qual já foram revendidas rações de várias marcas e atualmente ocorre a revenda de apenas um tipo e marca destinada a alimentar eqüinos, além da fábrica de ração, da fábrica farinha de mandioca denominada apenas fábrica de farinha e a fábrica de farinha de milho conhecida por fubá. A COOPERA também possuiu próximo a sede um sítio de 1,5 hectare, onde desenvolvem-se atividades ligadas às necessidades dos associados que serão tratadas posteriormente.

Para a manutenção do seu quadro de onze funcionários composto por técnicos, pessoal da produção e do escritório, os recursos necessários são provenientes das atividades internas à cooperativa, como a produção de fubá e da prestação de serviços, a exemplo dos prestados através dos três tratores de sua propriedade, os quais são para servir as associações vinculadas. Embora muitas delas já possuam seus próprios tratores, sinal de crescimento econômico dos associados.

No tocante a caracterização dos agricultores que compõem o conjunto de associados da COOPERA, as principais limitações impostas pelo seu estatuto dizem respeito as seguintes características:

- a) área máxima de propriedade não pode ultrapassar a 150 hectares. Mesmo que o tamanho máximo seja considerado relativamente grande, pois a maioria dos proprietários locais associados não possui mais que 20 hectares isso se explica porque em determinados municípios atingidos pela COOPERA as condições geoclimáticas determinam a necessidade de maiores lotes para auferir renda suficiente para a manutenção da família que em outros, exemplo disso é Sátiro Dias em relação a Alagoinhas, onde o primeiro é menos favorecido pelas chuvas;
- b) a família deve ter sua principal atividade ligada diretamente a agricultura ou a pecuária o que não exclui que pessoas dessas famílias exerçam outras atividades para complementar sua renda;
- c) limitações quanto a ter empregados permanentes ou eventuais não são impostas. Devido a baixa mecanização das propriedades rurais atingidas pela dinâmica da cooperativa. Há necessidade de mão-de-obra extra familiar em determinadas atividades e períodos por exemplo em colheitas que é de conhecimento da cooperativa.

Em sua maioria os associados à COOPERA possuem baixo poder aquisitivo, pequenos lotes de terra, vivem quase que exclusivamente da produção agropecuária e produzem basicamente para subsistência de suas famílias com mão de obra familiar. Essas características acordam com o estatuto da cooperativa em sua definição para agricultor familiar. Portanto, ao defini-lo considera entre outras características a propriedade e o trabalho, considerações pertinentes a breve discussão sobre o conceito apresentado em capítulo anterior.

3.3 AS ATIVIDADES IMPLEMENTADAS PELA COOPERA

De acordo com seu estatuto no artigo 2º a COOPERA objetiva a defesa econômica e social dos seus associados por meio de ajuda mútua no cumprimento de suas finalidades e, na medida dos recursos disponíveis opera basicamente na aquisição de insumos e na venda em comum dos produtos que lhe são entregues pelos associados, com os seguintes serviços:

- a) aquisição de implementos, máquinas agrícolas, fertilizantes, inseticidas entre outros insumos necessários à produção agropecuária, para fornecer aos associados, assim como gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal;
- b) repassar créditos obtidos junto a rede bancária para operações de custeio e investimento agropecuários;
- c) promover a venda em comum das produções agrícolas dos sócios, o armazenamento, o transporte e o beneficiamento das mesmas;
- d) promover a educação cooperativista do quadro social, o aprimoramento técnico e profissional dos associados e participar de campanhas de expansão do cooperativismo de fomento da agricultura e de modernização dos meios de produção e por fim,
- e) efetuar suas operações sem qualquer objetivo de lucro.

Baseado nos objetivos e finalidades da cooperativa são analisados na seqüência suas atividades exitosas, suas atividades não exitosas e em seguida a relação desta com o Assentamento Fazenda Papagaio.

3.3.1 Atividades exitosas

Dentro dos termos estatutários acima descritos a COOPERA atende seus associados em diversas modalidades. Comercializa produtos agropecuários, presta assistência técnica, orientações de várias espécies como técnica agropecuária, associativismo entre outras atividades.

A cooperativa comercializa em suas dependências adubo, sal mineral e ração, este último produto como já explicado anteriormente apenas de uma fábrica de terceiros e com uma única destinação, este fato se dá pela existência da fábrica própria que passou a ser amplamente usada, principalmente a partir dos últimos meses de 2000 destinado ao alimento de suínos e aves dos projeto da COOPERA.

Os projetos de criação de animais implementados (ovinos e caprinos, aves e suínos), contam com suporte técnico amplo, que vai desde a criação das aves até passado o momento crítico

em termos de mortalidade, com as aplicações de vacinas necessárias nos primeiros vinte de criação, visitas periódicas dos técnicos aos produtores de ovinos e caprinos até a inseminação artificial no caso de suínos. Os resultados desses empreendimentos até o momento são pouco significativos pelo curto período de implantação, porém envolvem grandes expectativas em termos de comercialização da carne destes animais, especialmente de ovinos e caprinos em abatedouros de Feira de Santana na região de Pintadas perto de Ipirá entre outros, onde há mercado demandante.

Na criação de ovinos e caprinos dez famílias estão envolvidas, dentre elas quatro no Assentamento Fazenda Papagaio e as demais no município de Aporá. As famílias receberam em dezembro de 2000 crédito para compra de vinte animais (dezenove matrizes e um reprodutor), financiado pela cooperativa em parceria com a Cooperativa de Crédito - CREDIT que faz parte da rede BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil, denominado regionalmente de FUNDCOP - Fundo de Cooperativas. Além dos animais os recursos são destinados ao melhoramento de pastagem, construção de aprisco - espécie de curral, cercas, ração e para os que não possuem eletrificação convencional uma placa com bateira e materiais necessários a fim de captar energia solar e eletrificar a cerca de contenção dos animais.

O valor do crédito para o projeto de ovinos e caprinos monta a 5 mil reais¹⁰ convertidos em equivalência produto para finalidade de pagamento. No momento da liberação a conversão foi feito ao preço do dia, calculando a média dos preços por quilo de carne nos municípios de Aporá, Inhambupe e Sátiro Dias que ficou em 3 reais. Dividiu-se portanto, o valor total pelo preço do quilo e a dívida de cada beneficiado pelo projeto equivale a 1.666 quilos de carne que serão pagos ao preço do dia do pagamento. Foi estipulado uma carência de dois anos com pagamentos que montam a 20% ao ano até a quitação total.

Os suínos e aves são destinados ao mercado, contudo visam também melhorar a alimentação das famílias envolvidas. São 63 unidades familiares atingidas pelo projeto de suínos e 60 atingidas pelo projeto de aves com meta a atingir em 100 famílias para cada projeto.

¹⁰ Todos os dados apresentados em termos de valores e quantidades são apurados em entrevista diretas pela autora nos meses de abril, maio de 2001.

As famílias beneficiadas pelo projeto de criação de suínos recebem crédito para compra, na própria cooperativa, de um lote de dois a quatro animais com aproximadamente 15 quilos cada, tendo entre eles pelo menos uma fêmea, além de crédito para compra de 210 quilos de ração por cabeça. Junto a qualidade dos animais e a ração há o incentivo ao uso de restos de culturas na alimentação dos animais e espera-se assim, abate-los com 100 quilos vivos ou 75 quilos de carne ao atingirem 7 meses de vida. O pagamento só ocorre no momento da venda dos animais com subsídio de 50% no primeiro lote, 25% no segundo e assim até zerar o subsídio, momento em que espera-se que o produtor tenha condições de dar continuidade a criação por si próprio devido aos conhecimentos adquiridos durante a produção dos primeiros lotes e o lucro que auferiu. Esse projeto é beneficiado pelo fundo de apoio proporcionado pela iniciativa de Willems, o voluntário belga.

Os criadores de suínos além de contarem com subsídios nos primeiros lotes e suporte técnico da COOPERA, contam também com um centro de produção de leitões sediado na EFA que em parceria com a cooperativa proporcionam a oferta de leitões de qualidade aos produtores. No centro há dois reprodutores varões que servem exclusivamente à coleta de sêmen e 20 matrizes, as quais são inseminadas artificialmente. Com aproximadamente 40 dias os leitões são desmamados e distribuídos aos associados envolvidos no projeto.

As aves são distribuídas em lotes de 50 que os agricultores recebem com 20 dias de vida período em que são criadas no sítio da cooperativa. No primeiro lote recebem subsídio de 50% no segundo 35% e igualmente aos produtores de suínos ocorre a redução paulatina dos subsídios que provêm do mesmo fundo de apoio. Há nos dois casos a preocupação da COOPERA na busca por mercado onde escoar a produção desses animais, pois a inexistência de demanda desestimula o produtor, para tanto contatos por parte da mesma são mantidos no comércio da região

O objetivo dos dois projetos (suínos e aves) é dar suporte ao agricultor para desenvolver a atividade com os conhecimentos técnicos necessários e obter renda para continuar a atividade. Principalmente melhorar a situação familiar em termos econômicos, mesmo que essa melhora seja apenas ao nível de subsistência. Nesse sentido, paralelo aos dois projetos funciona outro,

financiado pelo mesmo fundo de apoio, no qual é oferecido por família interessada duas cabras de leite e para cada comunidade assistida um reprodutor. A finalidade consiste em possibilitar aos criadores a produção de leite para o consumo familiar. O pagamento pelas cabras é através da entrega de três crias para o fundo, filhotes que são usados para beneficiar outros agricultores. Esse projeto é também de iniciativa do voluntário da Bélgica juntamente com assistência da equipe técnica da cooperativa.

A técnica usada pela COOPERA para reprodução dos suínos tem início com a chegada do voluntário, pois no seu país a inseminação artificial é prática comum entre os produtores chegando a ser usada em mais de 95% das criações.

A COOPERA, além de inseminar leitoas dentro do projeto de suínos acima apresentado, insemina também bovinos de cooperados e terceiros. Dispõe para esse fim de um botijão com capacidade para 20 litros de hidrogênio, onde são conservados a 196 graus negativos o sêmen dos touros reprodutores. Atualmente com material provenientes de 16 animais destinados a melhorar a produção de leite e carne. O processo tem início a partir do pedido do interessado e de acordo com a sua necessidade. O preço varia de acordo com a qualidade do reprodutor entre R\$ 4,50 e R\$ 17,00 e é cobrado uma taxa simbólica do demandante de R\$ 5,00 para cobrir o deslocamento do técnico até a propriedade rural. Essa taxa mínima visa incentivar a prática de inseminação artificial entre os produtores da região. A justificativa para esta técnica gira em torno do baixo custo de inseminação artificial em relação ao preço e a manutenção onerosa de um reprodutor de qualidade.

A maioria das inseminações em bovinos feitas através da cooperativa não são em animais de associados, pois estes que em sua maioria possuem baixa renda, ou não possuem animais ou possuem animais de qualidade muito inferior que compense a inseminação. Nesse sentido a COOPERA atua orientando os produtores para trocar os dois ou três animais que possuem por um de melhor qualidade para ampliar a produção, principalmente a do leite. Outra orientação disseminada pela cooperativa é a substituição dos bovinos por caprinos e ovinos, animais de fácil adaptação às condições locais e de custos relativamente menores, além de se

reproduzirem mais rapidamente. Alternativa introduzida via projetos anteriormente apresentados.

O controle de vermes entre os animais dos associados é outra atividade desenvolvida pela equipe técnica da cooperativa. Tradicionalmente entre os criadores há a cultura de controle de verminoses e é prática comum a cada dois meses o uso de vermífugos preventivos. Contudo, os criadores geralmente fazem as aplicações sem orientação diminuindo a eficiência das mesmas. É comum a aplicação de remédios para vermes que não são os existentes e de forma continuada o uso do mesmo vermífugo. A COOPERA, parte da consciência do produtor sobre a necessidade desse controle, orienta seus associados incentivando-os a fazer coletas de fezes dos animais para análise laboratorial. Para isso possui a disposição dos associados um pequeno laboratório. Além de incentivar a iniciativa pelos próprios criadores, coleta amostras em suas visitas técnicas. É com base nos resultados dos exames que são administrados os vermífugos melhorando a eficiência no controle de vermes, considerados uma das principais causas de baixa produtividade e até mesmo de óbitos entre os animais.

Além de especial cuidado no controle de verminoses, a equipe técnica da COOPERA dissemina entre os associados a cultura de produção de reserva alimentar, mudando a visão tradicional de que o gado come somente em pastagem verde. A falta de chuva em longos períodos provoca grande escassez de pastagem e torna fundamental a prática de reservas. Para esse fim são disseminadas técnicas de silagem e produção de feno. Outra forma de ampliar o volume de alimentação para os animais introduzida juntos aos agricultores é o cultivo algaroba, leucena e palma entre outras plantas que podem ser consumidas por animais. Essas plantas já são usadas em quase todas as comunidades atingidas pela cooperativa e são bem aceita pelos agricultores.

A produção de silagem e feno de diversas gramíneas são feitos em campos demonstrativos¹¹ nas comunidades rurais em uma propriedade escolhida para a demonstração ela é visitada por todos os demais agricultores, onde estes conhecem as técnicas e a partir daí passam a usar em

¹¹ Os campos demonstrativos são efetuados em parceria com a EFA

suas propriedades. A demonstração do uso das plantas como alimento ao gado é feita no sítio da cooperativa, um importante centro de demonstração de técnicas agrícolas. É nele que as novas formas de manejo e novas culturas são inicialmente implementadas.

Outros produtos usados na prática de campos demonstrativos são o milho, o feijão e especialmente a mandioca, sendo a mandioca o principal produto da economia agrícola regional. Nesses campos o espaçamento e adubação são as variáveis melhoradas e embora com o cultivo da mandioca os campos demonstrativos tenham sido iniciados recentemente (1999), alguns resultados positivos já foram alcançados, a produtividade média chegou a 33 mil quilos por hectares mais que o dobro da produtividade média da região cultivada com técnicas tradicionais.

Os costumes transferidos dos pais para os filhos limitam muito a disseminação de novas técnicas agrícolas ou adequação das já usadas. A forma encontrada pelos técnicos agrícolas da COOPERA para contornar essa problemática é, sempre respeitando o conhecimento dos agricultores e partindo dele, introduzir as melhorias via orientação principalmente demonstrando seu funcionamento.

Sobre a importância do respeito a cultura local e da necessidade de se trabalhar com apresentações práticas na implantação de novas técnicas Dantas afirma “Se o agricultor possui um conhecimento vamos aproveitar esse conhecimento e melhorar... se você valoriza o saber popular o ego das pessoas aumenta e eles fazem com mais gosto.” E, em outro momento da conversa “...fazer projetos é muito simples existem livros e mais livros para isso, mas na prática é melhor que muitos livros... o agricultor tem muito de São Tomé tem que ver para crer.” Assim, os agricultores são convidados para visitas ao sítio da cooperativa a fim de acompanhar o desenvolvimento e observar os resultados dessas novas técnicas. A partir dessas visitas, onde observam na prática os benefícios de incorporarem novos métodos e das demonstrações no campo que é construída a credibilidade da COOPERA, perante o agricultor. A diversificação de atividades também é promovida pela cooperativa associada a conservação de solo.

Nas dependências da cooperativa funcionam fábricas de alguns produtos. A fábrica de ração já apresentada, a de fubá e a de farinha que será descrita no item seguinte. A fábrica de fubá funciona completamente regulamentada com a produção voltada ao comércio, objetiva oferecer aos associados uma alternativa para a venda de sua produção. Seu funcionamento envolve certos condicionantes como o ciclo de produção e as condições climáticas da região que não permitem safras de volumes regulares. Para o funcionamento durante o ano todo são compradas, portanto, em períodos de escassez local a matéria-prima em outras regiões, como Barreiras, fato que vem acontecendo atualmente.

Dentre todas as atividades anteriormente apresentadas que visam sempre o crescimento sócio-econômico dos agricultores e de acordo com as entrevistas efetuadas, pode-se concluir que, além da busca por credibilidade, engajamento mais ativo dos associados, que em certos momentos se afastam da organização e a valorização da cultura local em termos de manejo de cultivos e criações é a orientação adaptativa que visa ampliar resultados a prioridade entre a equipe que compõe o quadro da COOPERA.

A partir da realidade, variável muito enfatizada, as atividades são implementadas, com isso aumentam as probabilidades de resultados exitosos. A valorização das condições e principalmente dos conhecimentos dos agricultores, motivo de orgulho entre eles, induz a mobilização e aumento da credibilidade no meio rural. Em outras palavras, a implantação de novos projetos sem considerar as variáveis: realidade e costumes, geram resistências difíceis de serem contornadas diminuindo em muito a possibilidade de êxito, fator fundamental para o desenvolvimento e continuidade das organizações rurais e seus associados.

Existem inúmeras dificuldades enfrentadas pelos agricultores locais e algumas são apresentadas no decorrer do presente trabalho. A principal delas é a ausência de política agrícola forte e efetiva nos três níveis governamentais para esse segmento, especialmente a nível nacional. Embora, como já foi apresentado no capítulo 2 exista o PRONAF, os agricultores familiares locais pouco usufruem de suas benesses.

A nível municipal existe projetos destinados ao fomento rural, porém muito restritos. A eliminação de certas dependências dos cooperados perante as entidades locais dá a eles maior grau de liberdade na tomada de decisões. Todavia, o poder de barganha que a cooperativa possibilita aos associados provocam resistências entre essas entidades difíceis de serem contornadas. A atuação da COOPERA é pouco apoiada por essas organizações, exceto pelas parceiras de sua implantação.

Mesmo com as restrições existentes e a política de juros nacionais que inviabilizam certos projetos, pode-se concluir que as organizações rurais são fundamentais ao desenvolvimento do meio rural em especial aos agricultores familiares fragilizados pela precariedade de suas condições. Houve no decorrer dos últimos anos redução do conjunto de associados da COOPERA, porém esta assiste atualmente expressivo número de associados, atendendo em torno de 400 famílias rurais, famílias que muitas vezes têm na cooperativa a única possibilidade de através dos seus projetos obterem os meios que viabilizem um mínimo digno para sua subsistência.

3.3.2 Atividades não exitosas

Algumas iniciativas da COOPERA não foram passíveis de êxito, dentre elas a fábrica de farinha e uma fábrica de adubo a partir da reciclagem de lixo, objetivando observar quais fatores levaram a desativação e posterior aluguel a terceiros da primeira e a desativação e desmonte da última estas são aqui apresentadas.

A fábrica de farinha da cooperativa de objetivo semelhante a de fubá, na realidade não é produtora de farinha e sim classifica a farinha dos agricultores que produzem em rústicas casas de farinhas particulares ou comunitárias muito comuns nas associações rurais. O processo de classificação atende melhor e facilita a venda ao mercado, pois a demanda para este bem não é uniforme e exige diversas qualidades de farinha, desde as mais finas até as mais espessas.

Dois fatores foram fundamentais para o fim dessa atividade diretamente pela cooperativa. O primeiro foi a forte concorrência inclusive de farinhas provenientes de outros estados como o

Paraná, onde é subproduto na produção de amido. O segundo consequência do primeiro é o preço de mercado incompatível com os custos de produção que inviabilizou sua continuidade.

Há atualmente um grupo extra cooperativa atuando na fábrica o que não suprimiu por completo o objetivo de sua construção. Na manutenção dessa atividade por terceiros mantém-se ativa a alternativa aos produtores locais para a venda de sua produção, no entanto com algumas restrições.

Os motivos que levaram a completa extinção da fábrica de adubo a partir da reciclagem também envolvem a problemática custos de produção e retornos auferidos porém o fator determinante foi o fornecimento da matéria-prima.

A fábrica que funcionou entre 1988 a 1994 localizava-se nas proximidades de Alagoinhas era de propriedade da COOPERA e foi implementada em parceria com a prefeitura local, esta última fornecia o material base de produção e comprava o adubo produzido pela primeira. Essa parceria passa a ser problemática a partir do quinto ano de funcionamento, exigências incompatíveis com o volume de produção em relação ao volume de entrega da matéria-prima são feitas pela prefeitura, além desta dificultar a entrega do lixo reciclável.

Outros fatores determinante ao fim da atividade foram a falta de recursos para investir em equipamentos necessários a ampliação da qualidade do produto final a exemplo de eletroimã indispensável na eliminação de metais que prejudicam a qualidade do adubo, os prejuízos que vinham acontecendo constantemente e a coleta de lixo pouco seletiva também dificultava a atividade.

As dificuldades passam a existir em período que coincide com a mudança de gestão municipal o que explica em parte a situação vivida. No local da fábrica hoje existe apenas o terreno vazio e encontra-se em via de negociação para sua venda. Não há por parte da COOPERA nenhuma intenção de nova investida nessa atividade.

Em 1994, a COOPERA foi contemplada por financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FNE, atingindo 208 famílias de todas as comunidades onde atuava inclusive os assentados da Fazenda Papagaio, sendo parte do benefício destinado a melhorar a estrutura da própria cooperativa, o dinheiro foi gasto nos projetos ao qual foi destinado, contudo por alguns problema não especificados e creditado especialmente as taxas juros cobrados, apenas parcela da dívida foi quitada. O restante da dívida continua pendente sem efetiva resolução.

O insucesso no pagamento do financiamento ao FNE foi relatado nesse subcapítulo destinado as atividades não exitosas, porém isso não necessariamente significa falta de êxito dos projetos aos quais foi destinado.

3.3.3 O Assentamento Fazenda Papagaio

O assentamento rural Fazenda Papagaio foi fundado em 1983 em conjunto pelas organizações rurais da região, dentre elas a COOPERA que teve importante papel na sua fundação. Localizado no município de Sátiro Dias fica a 205 km Salvador e a aproximadamente 30 km da sede da cooperativa. Em uma área de 1.151 hectares, dos quais 1.142 hectares são ocupados por 46 lotes¹²destinados aos assentados. As famílias beneficiadas receberam 24,83 hectares de terras cada uma e a construção de suas casas.

Na composição do assentamento foram selecionadas famílias residentes próximas a cidade de Inhambupe que encontravam-se em situações precárias, trabalhadores rurais que não possuíam terras ou possuíam no máximo 3 hectares. Outras condicionantes para a seleção do agricultor é ser vinculado a pelo menos uma organização rural ou a Igreja Católica da região, não ter idade superior a 55 anos e desejar integrar o assentamento, permanecer nele e trabalhar para seu desenvolvimento.

¹² A parte não ocupada está hipotecada por conta do financiamento do FNE, que beneficiou igualmente todas as famílias. No total foram 13 km de cercas, 140 hectares de plantações de mandioca, 60 hectares de maracujá, 200 hectares de desmatamento, 200 hectares de calagem de solo e a construção da casa de farinha.

A fim de tornar o assentamento meio de vida permanente ao agricultor as decisões referentes a terra, saída e ingresso de novas famílias são tomadas em conjunto por representantes das instituições envolvidas em sua fundação. Esse conselho fiscal é formado por representantes da associação do próprio assentamento, da COOPERA, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Sátiro Dias e Inhambupe, da EFA e da Diocese local.

As famílias são compostas em média por 5 pessoas, a maioria das crianças estudam na escola do assentamento, exceto as que estão mais adiantadas que estudam em escolas da zona urbana do município. O número de aposentados não chega a 10, devido a um dos critérios de seleção das famílias em termos de idade anteriormente apresentados, as atividades não agrícolas também são quase inexistentes. Portanto, mais de 90% da renda conjunta dos assentados é proveniente de atividades agropecuária.

Os recursos para a compra da fazenda e a construção das benfeitorias são provenientes de entidades da Bélgica e foram levantados através do Bispo e dois Padres deste país que na época atuavam na Diocese de Alagoinhas. Por não ser de iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA o assentamento não recebe seus benefícios. Todavia as instalações sanitárias, a escola com uma sala de aula e a caixa d'água foram viabilizadas por recursos de órgão vinculado a esta instituição. Outra entidade que contemplou os assentados construindo um poço artesiano com capacidade para 18 mil litros de água por hora também a fundo perdido foi a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, onde encontra-se aprovado dentro do projeto *Produzir I* a eletrificação do assentamento que não foi implementada devido ao esgotamento dos seus recursos. Espera-se que com início do *Produzir II* a eletrificação enfim seja efetivada.

Na inexistência da eletrificação convencional a distribuição de água via o sistema de encanamento instalado é muito prejudica e provoca a dependência por um motor a diesel e diversos problemas. A prefeitura de Sátiro Dias fornece o combustível, porém em quantidade insuficiente para manter o nível ideal do abastecimento, além disso há problema constantes na manutenção do motor. Em visita feita ao assentamento em 23 de março deste ano o motor encontrava-se quebrado a aproximadamente 6 meses obrigando as famílias utilizarem água de

péssima qualidade buscada em reservatórios distantes ou em período de chuvas da sua captação.

A associação dos assentados vinculada à COOPERA, como não podia deixar de ser, dispõe de poucos recursos e obras para melhorar a situação econômica dos sócios. Possui apenas uma casa de farinha que encontra-se inacabada. A produção de farinha do assentamento é realizada em rústicas fábricas de 6 famílias assentadas, para as quais as demais para produzirem pagam em espécie a quantia de 10 litros de farinha para cada saca produzida.

Das 45 famílias assentadas, 80% criam galinhas para consumo, 67% possuem até 5 cabeças de bovinos, 10% das famílias criam até 3 suínos, 20% criam ovinos ou caprinos inclusive 4 famílias através do projeto da COOPERA, 35% possuem colmeias e são por isso vinculadas a Associação dos Apicultores de Inhambupe – AAPI que presta assistência e comercializa o mel, para esta atividade os agricultores foram contempladas sem exceção por crédito do FAT. Todas plantam milho e feijão e apenas uma não planta mandioca, em 1997 e 1998 um total de 20 unidades foram beneficiadas por crédito do PRONAF que ainda não foi totalmente quitado, esse benefício foi viabilizado pela existência de Conselho Municipal do PRONAF em Sátiro Dias. Além disso, mais de 90% das unidades familiares possuem reservatório de água entre elas 11 possuem cisterna com sistema de captação de água da chuva financiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sátiro Dias.

Em 1995 através da COOPERA, obteve-se financiamento junto ao Banco do Brasil para a produção de milho, feijão e abóbora, esta última cultura com grande sucesso alcançado pelas 10 famílias beneficiadas. O sucesso induziu no ano seguinte mais 20 famílias a produzir o que ocorreu por conta própria e nesse ano também obteve-se êxito com a colheita e venda que ocorria na Central de Abastecimento de Salvador – CEASA. No ano seguinte porém, problemas climáticos e excesso de oferta no mercado tornou a iniciativa um fracasso desestimulando totalmente a continuidade da produção.

Desde o primeiro ano de sua existência plantou-se melancias no assentamento destinada a venda no CEASA, após 2 ou 3 anos de sucesso, com agricultores obtendo boa renda

possibilitando até mesmo a compra de motocicletas, da mesma forma que na plantação de abóboras, em um ano de grande investimento na cultura, que dispunha para isso de trator da COOPERA a disposição, a falta de chuvas, embora irrigou-se a plantação com água de rio localizado a 7 km de distância e a oferta excessiva deste produto no mercado inviabilizou a obtenção de renda esperada desestimulando a continuidade do cultivo. As melancias ficaram abaixo do peso mínimo de mercado (8 quilos) e provocou muitos prejuízos. O preço do produto colhido pelos assentados chegou apenas a 30% do preço de mercado.

A respeito do fim do plantio de abóboras e melancias no Assentamento Fazenda Papagaio a opinião do presidente da associação do mesmo, em vista da situação difícil que parte das famílias se encontram, é melancólica: “Quando se investe muito se ganhar, ganha muito, se perder o tombo é considerável, contudo se você arisca você pode errar, mas se você não arriscar já errou porque não arriscou.” Ele não planta melancias e planta pouca abóbora, porém está envolvido em diversas atividades e faz parte do grupo de assentados mais bem sucedidos.

As famílias assentadas foram classificadas durante o desenvolvimento da pesquisa em três grupos de acordo com suas atividades, observou-se para isso o número de atividades, o tipo das atividades e o destino da produção.

O primeiro grupo é composto por 14 famílias e se encontram em situação muito precária, não possuem atividades voltadas diretamente ao mercado somente vendem quando há sobras de produção não consumidas. O segundo grupo possui pelo menos uma atividade voltada ao mercado mantendo assim nível de subsistência menos precário em relação ao primeiro, fazem parte deste agrupamento 13 famílias. O último grupo formado pelas 18 unidades familiares restantes envolve um número maior de atividades e tem na apicultura uma das principais fontes de renda. A seguir é apresentado no quadro 4 a composição da renda das famílias baseado em entrevista de uma família representante de cada um dos três agrupamentos. Onde pode-se observar que quanto maior o número de atividades desenvolvidas maior a renda auferida.

QUADRO 4: Composição da renda – Assentamento Fazenda Papagaio

Grupo	Número de atividades	Quantas compõe renda	Renda agrícola	Renda não agrícola	Total da renda Anual(R\$)
1	4	1	720,00	00,00	720,00
2	7	3	1.437,00	00,00	1.437,00
3	10	5	2.980,00	2.400,00	5.380,00

FONTE: Pesquisa de Campo

Obs: A renda calculada é a renda bruta e é composta pelas atividades principais apontadas pelos entrevistados. Atividades voltadas apenas para a subsistência não entraram no cálculo.

Os entrevistados, embora vivendo condições econômicas diferentes, foram unânimes em afirmar que o fato de estarem vinculados a organizações como a COOPERA abre possibilidades para ampliar o bem estar familiar em termos de renda, mesmo aquele que se encontra em situação mais precária foi enfático em dizer que a participação em entidades rurais organizadas torna mais fácil o acesso a crédito e aumento de condições de vida e se não fosse assim estaria em situação muito pior, pois trabalhava em pouquíssima terra que não proporcionava o mínimo necessário a alimentação de sua família e agora possui mais de 20 hectares.

Desde a própria fundação do assentamento muitas das benesses auferidas pelos agricultores familiares assentados só foram passíveis de realização porque existem entidades organizadas na iniciativa. Portanto, pode-se concluir que a organização rural na forma de cooperativa e associações de trabalhadores do meio é fundamental para o desenvolvimento dos pequenos agricultores familiares que são os menos favorecidos pelas circunstâncias econômicas políticas e sociais que os envolvem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, para ser caracterizada como tal, deve reunir pelo menos três elementos básicos em sua concepção: a gestão, a propriedade e o trabalho. Essas atribuições, que são exclusivamente familiares ou em sua quase totalidade (no mínimo em 80%), observam-se em toda classificação independentemente do seu objetivo. Existem variações no conjunto de elementos que compõem o conceito, contudo, semelhanças conceituais são acordadas entre as diversas entidades, a exemplo da CONTAG e do PRONAF. Essas mesmas semelhanças também são observadas na definição dos agricultores familiares associados da COOPERA, cooperativa objeto do estudo de caso.

O segmento rural pode ser dividido em duas classes antagônicas, especialmente no que tange a questão de distribuição e acesso às terras, a classe patronal e a classe familiar. Sendo a estrutura fundiária brasileira em sua essência concentrada, os conflitos entre essas duas classes estiveram sempre presentes e mantêm-se até os dias atuais. Segundo a pesquisa FAO/ INCRA 2000, isso se deve a existência de mais de 4 milhões e 800 mil estabelecimentos rurais, com a participação de estabelecimentos familiares superior a 85%, embora detenham apenas 30,5% da área total ocupada.

Além disso, a agricultura patronal foi e é privilegiada nas ações governamentais em detrimento da agricultura familiar, abandonada totalmente às suas desventuras até a década de 1990, quando, atendendo a pressões de diversos grupos ligados aos agricultores familiares o Governo Federal implementa o PRONAF. Analisando, porém, o principal campo de atuação do programa, pode-se observar que permanecem as agruras dos agricultores familiares mais precarizados. A concessão de crédito é concentrada especialmente na região Sul, que desde a implantação do Programa recebeu mais de 60% do total dos créditos. Pode-se até mesmo admitir a existência de dois grupos dentro da classe dos agricultores familiares, os beneficiados por financiamentos provenientes do PRONAF e os demais.

Pode a concentração das benesses do PRONAF ser explicada pela organização relativa dos agricultores familiares em cada região? Embora esta também seja uma questão importante, ela

não constitui objeto da presente monografia. No entanto, comparando o número de cooperativas agropecuárias atuantes (310 na região Sul e 476 no Nordeste), relativamente à quantidade de estabelecimentos rurais familiares, pode-se admitir que a organização rural minimiza as agruras dos agricultores menos favorecidos pelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais.

A COOPERA e os seus associados, mais precisamente os que compõem o Assentamento Fazenda Papagaio, sofrem restrições de diversos tipos. Essas restrições vão desde as climáticas até as sócio-econômicas. Todavia, investimentos importantes, a exemplo de créditos e infraestrutura básica, foram conquistados graças ao poder de barganha e à credibilidade que uma instituição formalmente constituída oferece perante o mercado e as instituições públicas e privadas. Em outras palavras, a não constituição formal da representação dos agricultores familiares implicaria em dificuldades ainda maiores e até mesmo em exclusão desse segmento das fontes provedoras de recursos. Esse fato foi observado na pesquisa de campo, pois embora tenham ocorrido insucessos, os êxitos são relativamente maiores.

A partir da hipótese que a união dos agricultores em organizações formais minimiza a precarização do segmento familiar e tomando por base o estudo de caso, pode-se concluir que a organização viabiliza maiores rendas aos cooperados. Contudo, isso não resolve plenamente as dificuldades, sendo indispensável o planejamento conjunto entre as classes dirigentes e as organizações representativas dos agricultores. Para isso, deve-se conhecer o contexto e seus condicionantes internos e externos que envolvem os agricultores para ofertar condições que atendam às reais demandas existentes.

As cooperativas fortalecem o processo econômico e produtivo, fornecem orientação, organizam e integram a produção agrícola e são intermediadoras entre a agricultura, o Estado, a indústria e o mercado. Todavia, o cooperativismo não é a fórmula milagrosa para extinguir as dificuldades rurais. É apenas uma alternativa para melhorar as condições de enfrentamento das dificuldades, embora, muitas vezes essas organizações ajam como meio de subordinação dos agricultores aos segmentos mais organizados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Ricardo, VEIGA, José Eli da. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. São Paulo: FAE/USP, 1998. (Programas de Seminários Acadêmicos).

CARMO, René Becker Almeida, A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira, *Bahia Agrícola*, Salvador, SEAGRI, n.1, v.4, p. 21-24, nov. 2.000.

CAMPANHOLE, Adriano, *Legislação Agrária*. Estatuto da Terra e Legislação Complementar, Código Florestal, Crédito Rural, PROTERRA, Programa Nacional de Política fundiária. 14º ed., São Paulo: Atlas, 1985.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Informações básicas dos municípios baianos: Região Litoral Norte*. Salvador: CEI, 1994.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Perfil da Região Econômica Litoral Norte*. Salvador: CEI, 1994.

CORADINI, Odacir Luiz, FREDERICQ. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade).

ESTATUTO da Ccooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas Resp. Ltda, Reformado e aprovado pela assembléia geral extraordinária realizada em 25/11/1998. Inhambupe, Bahia: 1998.

FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Resumo do Relatório final do Projeto UTF/BRA 036. Brasília: 1995. (segunda versão).

FAO/INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar*. O Brasil Redescoberto. Brasília: 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização Dolorosa*. Estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, (coleção Agricultura e Sociedade).

GRAZIANO DA SILVA, José. (org.). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2º ed., São Paulo: Hucitec, 1980.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 5º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, (Estudos Brasileiros, v24).

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censo 1995/96. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cgi-bin/prtabl>. Capturado em: 02 de fev. 2000.

LAMARCHE, Hugues. (coord.). *Agricultura Familiar*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1993. (Coleção Repertórios).

BRASIL. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Reforma agrária e Agricultura Familiar. Brasília: 1999. (2º relatório).

O DESEMPENHO do PRONAF – Crédito Rural, *Bahia Agrícola*. Salvador, SEAGRI, n.3, v.2, p. 21-24, nov. 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. 2º ed., São Paulo: Contexto, 1996.

ORGANIZAÇÃO CENTRAL DAS COOPERATIVAS – OCB. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Capturado em: 08 de maio de 2001.

PEIXOTO, Sérgio Elisio. A pequena produção agrícola: algumas questões atuais. *Bahia Agrícola*. Salvador, n.3, v.2, p. 70-75, nov. 1998.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF, Crédito rural do PRONAF Nacional: 1997/98/99. Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/credito/consulta_nacional.asp. Capturado em: 31 de jan. 2000.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto. Agroecologia e Agricultura Familiar, *Ops*, Salvador, UFBA, v1, n1, p. 22-26, Verão, 1996.

SANTOS, Ana Lúcia Carvalho. Agricultura familiar e política agrícola pós Plano Real, *Conjuntura e Planejamento*, Salvador, SEI, n.59, p. 8-13, abr. 1999.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. *Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998*. Brasília: IPEA, 1999. (texto para discussão nº 664).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, *Os Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999, (Série Estudos e Pesquisas, 42).

WILKINSON, John. *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VIANA, João Aurelio Soares. O crédito rural do PRONAF e os desequilíbrios regionais, *Bahia Agrícola*, Salvador, n.3, v.2, p. 19-24, nov. 1998.